



EDITORIAL

Novos rumos da historiografia e os arquivos distritais ■

ENTRE OS NOVOS TERRITÓRIOS da historiografia e os arquivos distritais são visíveis alguns desfazamentos nos dois sentidos nem a comunidade científica conhece bem a renovação que teve lugar nos últimos anos nos arquivos distritais, como também nem sempre estas instituições se deram conta da relevância para a investigação nas ciências sociais entretanto adquirida por alguns fundos sob a sua responsabilidade. Naqueles distritos onde as ciências sociais e a história têm ponderação significativa nos pólos universitários, as relações inter-institucionais tendem a esbater este desfazamento. Apesar disso falta uma visão de conjunto que proporcione um conhecimento do vasto e diversificado património documental da rede distrital. Neste sentido, está a ser organizado um Guia Geral dos Arquivos Distritais, em versão electrónica.

A verdade é que a existência de arquivos distritais com efectivo serviço público é relativamente recente.

Embora as origens da rede distrital de arquivos seja bem antiga - na sua maioria foram constituídos em três tempos, 1916-1918, 1931-1933, 1965 - durante longos anos a sua existência foi meramente jurídica. Em 1927 fora ordenado a formação de arquivos em todos os distritos, mas do papel à

pedra, mediou mais de meio século em alguns casos.

A instalação dos arquivos distritais em edifícios adequados à organização, conservação e atendimento público data, na sua maioria de 1988 em diante. Pouco a pouco, a rede distrital foi-se tornando uma realidade. Construíram-se novos edifícios de raiz - Leiria, Faro, Setúbal, Aveiro - recuperaram-se conventos - Porto, Bragança, Guarda - e também casas apalaçadas oitocentistas - Portalegre e Castelo Branco. Construções com qualidade estética e funcional, evocadas recentemente em revistas de arquitectura, tornaram-se um marco na arquitectura de arquivo. Actualmente, apenas aguardam novos edifícios, Évora e Viseu, dependentes de autorização para aquisição de terreno.

Olhando para o ponto de partida, finalmente tão recente, a obra realizada é notável também do ponto de vista arquivístico, tanto mais que os distritais, com algumas excepções, sofrem de uma carência de recursos humanos, por vezes dramática. Registos paroquiais, desde longa data considerados parte integrante do património documental do Estado, primeiro depositados na Torre de Tombo na ausência de outro destino institucional, passaram a ser recolhidos nos AD. Escusado será sublinhar a importância para a demografia

histórica, a história da família ou a genealogia. Também os arquivos notariais, tão importantes para a historiografia, têm sido objecto de incorporação regular, assim como a documentação judicial. Mas a diferença de tratamento entre os processos cíveis e crime tem sido por vezes considerável. Os cíveis ainda conservam actualidade, solicitados pelos sujeitos dos processos ou familiares, isso reflecte-se na atenção prestada por tribunais e arquivos. →

Neste número

03 ARQUIVOS DISTRITAIS

- Doação de Documentos
- Incorporações

04 EM DESTAQUE

- Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais

- Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim

05 · Divulgar/Conservar

- 06 · Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças
- 2.º Encontro Nacional de Arquivos Empresariais

07 INFORMAÇÕES

- Novo Sítio Web do IAN/TT
- Legislação
- Doações
- Aquisições Recentes
- Acaba de Sair

08 AGENDA

→ Estatuto diferente têm tido os processos-crime, perdem actualidade com mais rapidez, o frequente esquecimento que lhes votam sujeitos e familiares contagia por vezes tribunais e arquivos. É este um dos pontos de um certo grau de descontrolo entre arquivistas e investigadores. Estes processos da “ralé” têm vindo a merecer crescente interesse aos investigadores da história social e das mentalidades. Convinha por isso avançar no sentido de incorporações regulares dos processos-crime, tal como se tem feito nalguns arquivos, veja-se entre outros Coimbra e Porto e mais recentemente também em Lisboa, redescoberto o paradeiro de um século de processos-crime.



Porto

A área mais problemática nos distritais é a documentação dos governos civis. A incorporação foi efectuada de forma caótica e incompleta: a história repete-se em quase todos, papéis enviados em desordem, sem qualquer tratamento prévio. Ora a documentação dos governos civis é da maior relevância para a história política, social e económico, até cultural. Pelo crivo dos governos civis passava toda a actividade distrital, eles representavam o governo central em quase todas as áreas desde a sua criação em 1835, tendo o de Lisboa competências particularmente amplas. Dos recenseamentos eleitorais e demográficos aos inquéritos

económicos, à documentação resultante das funções de controle, fiscalização e policiamento relativas a actividades associativas de toda a natureza (política, cultural e lúdica), à informação enviada regularmente à tutela sobre a conjuntura social e política, toda esta vasta e diversificada documentação é um manacial pouco explorado pela historiografia portuguesa. Não por desconhecimento, mas por o acesso ser quase sempre difícil, senão impossível. As excepções devem ser referidas, Vila Real, Viana de Castelo – resultante da excelente colaboração entre governo civil e arquivo.

Em quase todos os arquivos distritais, a documentação dos governos civis tem ainda organização precária, devido à falta de recursos e as incorporações de lei estão atrasadas. Avizinhando-se a extinção dos governos civis, seria desejável a assunção da relevância desta documentação para a história nacional pelas instituições envolvidas, governos civis e arquivos, e seu adequado financiamento, o que em termos de orçamento nacional nem sequer é significativo.



Castelo Branco



Setúbal

O recente protocolo de colaboração entre o Governo Civil de Lisboa e a Torre do Tombo pode servir de exemplo do que se pode fazer relativamente à futuras incorporações. E tem de se encontrar forma de organizar o que em época anterior entrou de forma caótica.

Mas não posso terminar sem recordar duas vertentes fundamentais do trabalho levado a cabo pelos AD, e nem sempre do conhecimento da comunidade. Em primeiro lugar é importante salientar a incorporação ou depósito de arquivos de proveniência diversa, misericórdias, confrarias, associações de variada natureza, e de arquivos particulares. E, ainda, nalguns casos, o apoio técnico prestado a arquivos que se mantêm nas mãos de particulares, articulado a formas de acesso público. Neste âmbito dos arquivos particulares, é de destacar a colaboração com instituições universitárias que,

por exemplo, no caso do Porto viabilizou o projecto referente ao levantamento dos arquivos sindicais. Em segundo lugar, o apoio técnico prestado aos Arquivos Municipais no âmbito do programa PARAM, cujo êxito resulta em larga medida da colaboração dos arquivos distritais.

Miriam Halpern Pereira
DIRECTORA DO IAN/TT

ARQUIVOS DISTRITAIS

P O R T O

Doação de Documentos ■

“NO ÂMBITO DE UMA POLÍTICA de sensibilização e promoção para a preservação do património arquivístico do distrito e aquisição de fundos documentais de entidades privadas potencialmente em risco de se perderem, o Arquivo Distrital do Porto recebeu, por doação, cerca de 6ml de documentos em vários suportes. A Dra. Adelaide Recarei Frias ofereceu o conjunto documental que ainda possuía relativo ao **Restaurante Comercial**, importante unidade que atravessou o século xx portuense – tendo participado na Exposição Comercial de 1934, servido a rainha Isabel II de Inglaterra e constituído um ponto de encontro da burguesia da cidade. A documentação é composta por recibos, facturas, registos de caixa, registos de

devedores, folhas de vencimentos dos empregados, com predominância para as datas entre 1955 e 1973. A Universidade Popular do Porto doou documentos relativos à **Associação de Amizade Portugal – RDA**, de entre os quais destacamos um conjunto de meia centena de filmes de 16” e 35”; uma colecção de fotografias, registos de associados (1975–1988); correspondência recebida (1982–1985) e vários dossiers documentando a actividade desta organização.

Esta mesma entidade ofereceu ainda o que resta dos arquivos dos jornais **Norte Popular; A Terra e Opinião**, totalizando 4,40ml de documentos. Neste momento, procede-se ao tratamento técnico documental destes acervos, e à elaboração dos respecti-



vos instrumentos de pesquisa com o objectivo de possibilitar a consulta pública. [T]

L I S B O A

Incorporações ■

UM SÉCULO DE PROCESSOS-CRIME, de 1843 a 1953, veio enriquecer o fundo do Arquivo Distrital de Lisboa, na sequência da entrega pela Direcção-Geral da Administração da Justiça ao IAN/TT de três mil quatrocentos e quarenta e dois maços, contendo milhares de processos. Esquecidos longos anos numa sala do Palácio da Justiça, estes processos vieram completar o fundo mais recente do “Tribunal da Boa-Hora Processos-Crime”, incorporado desde 1995 no IAN/TT. Saliente-se o notável trabalho da DGAJ que apenas um ano decorrido sobre esta descoberta heurística, resultante da indagação do IAN/TT a este respeito, entregou este espólio, a breve trecho disponível à leitura. De inegável importância arquivística, os cerca de mil metros lineares de

documentos abrem novas perspectivas à investigação histórica, nomeadamente na área da história social contemporânea.

Outras incorporações entradas neste Arquivo: Da Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras: 366 livros, com as seguintes datas extremas: Paroquiais, 1874–1911; Expostos, 1835–1886; Hospital de Torres Vedras, 1855–1901; Não Católicos, 1886–1911; Registos de Chefes de Famílias, 1806–1807; Tutelas, 1825–1867. Do Tribunal de Família de Menores de Vila Franca de Xira, 14455 processos datados de 1769 a 1972. Do Tribunal da Boa-Hora, 7819 processos cíveis, provenientes da 5.ª Vara, 1.ª e 2.ª Secções, com datas extremas de 1841–1931, dando continuidade ao

acervo já incorporado de outras Varas. Do Cartório Notarial do Cadaval, documentação, num total de 1087 livros com datação de 1644–1951.

Protocolo celebrado em Outubro de 2002 entre o IAN/TT e o Governo Civil de Lisboa. Ao encontro da iniciativa do IAN/TT, no sentido da incorporação de documentação de carácter histórico, foi assinado um protocolo de colaboração no âmbito da gestão de documentos. O IAN/TT está a prestar apoio na avaliação e selecção da documentação de interesse histórico. A documentação, que remonta ao final do século XIX, depois de devidamente organizada e inventariada, será transferida para o ADL, completando o fundo existente, previsivelmente no final de 2003. [T]

EM DESTAQUE

Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais ■

NO PASSADO DIA DEZASSEIS DE DEZEMBRO DECORREU, na presença do Senhor Ministro da Cultura, a cerimónia de assinatura de Acordos de Cooperação celebrados, em 2002, com representantes de nove Autarquias no âmbito do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM).

O valor total da contribuição atribuída pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo foi de € 1.257.939,58 e contemplou as Câmaras Municipais de Constância,

Marvão, Matosinhos, Monção, Montemor-o-Novo e Pombal que concordaram em proceder à realização de obras de construção e/ou adaptação de edifícios ou espaços destinados à instalação dos Arquivos Históricos Municipais. Foram ainda abrangidas as Câmaras Municipais de Guimarães, Marvão, Matosinhos, Melgaço, Montemor-o-Novo e Ponte de Lima que concordaram em proceder à aquisição de equipamento destinado aos respectivos Arquivos Históricos Municipais. [r]

Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim ■

SITUADO EM PLENO CENTRO

Histórico da cidade, mais concretamente no quarteirão formado pelas ruas da Igreja e Visconde de Azevedo, o Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim encontra-se, à cerca de um ano, aberto ao público em edifício próprio.

Do imóvel, desconhece-se o autor do projecto, bem como a data exacta da sua construção, sabe-se apenas ser uma construção de finais de Setecentos, que em pleno séc. XIX era propriedade de Francisco Lapa e de Custódio Lima já nos nossos dias. Aliás será este último proprietário, que o venderá à autarquia, e lhe dará o nome pelo qual ficará para sempre conhecido “Casa dos Limas”. Decidida a transformar a velha Casa dos Limas em Arquivo Municipal, a Câmara candidata-se ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), com um projecto do arquitecto Victor Mogadouro, no qual se previa a manutenção da fachada e a remodelação de todo o espaço interior, adaptado às novas funções do serviço. Ao contrário do imóvel, cujas referências documentais são escassas, do Arquivo abundam os testemunhos da sua passagem pelos tempos. A prova mais evidente da sua existência como serviço remonta a 1893, por altura do “Regulamento interno das repartições

da Câmara Municipal”. Definido como uma secção independente, possuía já um “chefe de arquivo” (a quem era exigido um “suficiente conhecimento de paleografia”), funções, responsabilidades e regras de funcionamento bem definidas, assim como no que diz respeito ao pessoal que lhe estava afecto. Já então considerado peça fundamental do exercício camarário, o Arquivo assumiu e assume desde sempre na Póvoa de Varzim uma particular importância quer pela cronologia, quer pelo valor informativo que encerra. De facto, possui documentação que ilustra a evolução do município poveiro desde o séc. XVII. Infelizmente, toda a documentação de cronologias anteriores desapareceu, à excepção do foral manuelino de 1514, o único exemplar quinhentista que o Arquivo conserva. Uma das razões deste hiato poderá estar na dependência, de mais de dois séculos, da Câmara da Póvoa de Varzim em relação ao mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde. Poderão também ter contribuído para o extravio de documentos quinhentistas as longas causas judiciais da disputa dos termos da vila entre a Câmara da Póvoa e a Câmara de Barcelos (nessa altura representante da Junta da Casa de Bragança), dada a grande mobilidade dos registos municipais exigida pela quezília.

Do séc. XVII a tipologia dos documentos que encontramos limita-se às actas de vereação, que começam a constituir verdadeiras colecções de documentos a partir de 1617.

Desde então, às actas juntam-se autos, contratos, copiadores, correspondência, documentos de receita e despesa, editais, manifestos, mapas, ofícios, ordens de pagamentos, posturas, processos, recibos, registos, sentenças, telegramas, termos, entre muitos outros.

Para além do fundo documental da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, o Arquivo detém outros sistemas de informação, nomeadamente o da extinta Administração do Concelho, o da Câmara Municipal de Rates, que com a nova divisão territorial do país, imposta pela reforma administrativa de 1836, foi reduzida a uma simples freguesia e incorporada no concelho da Póvoa de Varzim, e finalmente, a Junta de Freguesia da Póvoa de Varzim.

O Arquivo conserva ainda um fundo de carácter privado, pertencente ao Orfeão Poveiro, sociedade artística e recreativa que existiu na Póvoa de 1915 a 1962, altura da sua extinção.

Teresa Araújo Gomes

TÉCNICA SUPERIOR DE ARQUIVO

Divulgar/Conservar ■

AS EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS SÃO momentos privilegiados de reflexão no domínio da preservação, conservação e restauro de bens culturais.

Elas põem em evidência o conflito sempre latente, e a necessidade de encontrar um equilíbrio, entre as duas funções primordiais de qualquer instituição detentora de património: por um lado, **expor**, divulgar, estudar, permitir o acesso e a fruição ao público actual. E por outro, o guardar, **conservar**, transmitir às gerações futuras esse património, na sua integridade e autenticidade física e na totalidade do seu testemunho documental.

Gerir este binómio é um dos desafios mais interessantes para a moderna museologia e um dos reptos mais aliados que se colocam ao conservador-restaurador.

Qualquer exposição é sempre um factor de risco: o manuseamento e o transporte, alterações das condições de ambiente, sujeição a níveis de luminosidade superiores (e sabemos actualmente que a luz tem efeitos cumulativos), situação particularmente delicada para o património documental ou o têxtil.

Mas, uma exposição temporária é, também, um poderoso pretexto (e muitas vezes, infelizmente, o único!) para um novo olhar sobre o património. É, em princípio, o culminar de um projecto multidisciplinar que permite a análise, a investigação histórica, artística, material e laboratorial do património, propicia intervenções no âmbito da conservação e do restauro, e se consubstancia num registo (catálogos, relatórios técnicos...) e numa memória que perduram, muitas vezes, para além da existência física dos próprios objectos.

A obra de arte, o bem cultural (utilizando uma terminologia mais recente e muito mais alargada) têm um suporte físico, perecível e degradável. São, como tão bem definiu Madeleine Hours, antes do mais, matéria. Matéria fragilizada



pelo envelhecimento natural e pelas marcas da sua passagem através do tempo e das vicissitudes da história. O cerne da questão consiste em controlar e minimizar os problemas, definir e estabelecer uma relação benefício/risco aceitável. Isso pressupõe, nomeadamente, um profundo conhecimento do estado de conservação dos objectos, a definição de um programa de intervenção adequado no sentido de uma conserva-



ção mínima, mas eficaz e a necessária (porque, em conservação, cada caso é um caso...), o controle dos parâmetros ambientais jogando com os diversos factores (é possível, p. ex., aumentar ligeiramente o nível de iluminação se reduzirmos o teor de oxigénio, obviamente em períodos de curta duração) e um correcto acondicionamento, seja em situação de transporte como de exposição.

Para a Exposição **Pelos Séculos d'O Século** inaugurada em Dezembro no IAN/TT, foram tratados inúmeros documentos na DPCR. As intervenções realizadas tiveram em vista contribuir para que os seus materiais constituintes pudessem resistir a condições adversas, sem comprometer a sua estabilidade e equilíbrio físico e químico, tendo

sempre em conta o aspecto estético que a apresentação numa exposição ao público obriga.

Dentro destes princípios, o acondicionamento procurou encontrar soluções adaptadas às características de cada obra, num diálogo constante entre o conservador-restaurador e o responsável pelo evento.

Para tal, dispôs de inúmeros materiais (cartolinas com pH neutro e alcalino, plásticos inertes de vários tipos, espumas, etc.) que, conjugados com algumas normas e técnicas, se revelaram bastante eficazes.

Uma vez que os documentos não apresentavam grandes problemas, optou-se por recorrer a técnicas muito comuns, utilizadas já largamente em exposições anteriores: suportes em acrílico, encapsulamentos, *passé-partouts* e molduras. O exemplo seleccionado mostra o aspecto físico de um documento, presente na exposição, antes do tratamento e já acondicionado.

Trata-se do diploma *Médaille d'Or*, recebido pela Sociedade Nacional de Tipografia durante a Exposição Colonial Internacional de Paris de 1931. O suporte deste documento é em papel impresso. Foram detectadas patologias de índole diversa tais como: sujidade geral, acidez, rasgões e lacunas graves que poderiam resultar em futuras perdas de suporte.

Procedeu-se a uma limpeza mecânica profunda, planificação, consolidação dos rasgões e reintegração das lacunas com papel japonês ao tom. Esta intervenção melhorou muito substancialmente o aspecto e a leitura do documento, permitiu a recuperação da sua estabilidade física e assegurou, pelo acondicionamento efectuado, o seu manuseamento e armazenamento seguros.

DIVISÃO DE PRESERVAÇÃO,
CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças ■

A IMPORTÂNCIA DA documentação de arquivo à guarda do Ministério levou a que no ano de 1937 fosse criado o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, que ficou sediado em Santa Marta. Problemas relacionados com o edifício e os recursos humanos levaram à incorporação do acervo nos depósitos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no ano de 1992. Criado pelo Decreto-Lei n.º 353/98, de 12 de Novembro, o Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças funciona na dependência dos Serviços de Documentação e Informação da Secretaria-Geral do Ministério.

Cumprindo ao Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, como principais funções, orientar os procedimentos técnicos que visem a organização, preservação e gestão dos arquivos dos Gabinetes



do Ministro, Secretários de Estado e Secretaria-Geral; conservar temporariamente a documentação de uso não corrente que não tenha ultrapassado os prazos legais de conservação; elaborar instrumentos de descrição e recuperação da informação; finalmente, assegurar a comunicação e cooperação com serviços congéneres de outras entidades públicas ou privadas, e organismos internacionais.

Instalado, após obras de recuperação e adaptação, no edifício do antigo Celeiro das Farinhas (anexo do edifí-

cio do Terreiro Público começado a construir na década de 1780), o Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças dispõe de uma sala para leitura presencial, de depósitos para acondicionar documentação em suporte de papel, microfilme e disco óptico, de câmara de expurgo

e de instalações para microfilmagem. Neste momento foram já incorporados fundos dos arquivos do Gabinete do Ministro das Finanças, do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, da Secretaria-Geral, da antiga Direcção-Geral da Contabilidade Pública e da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, datando o mais antigo de 1920.

Margarida Branco

DIRECTORA DE SERVIÇOS
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO

2.º Encontro Nacional de Arquivos Empresariais

Experiências e Projectos num Contexto de Mudança.

Nos dias 10 e 11 de Outubro último, decorreu no Arquivo Distrital de Leiria, o segundo Encontro Nacional de Arquivos Empresariais, promovido pelo Grupo de Trabalho de Arquivos Empresariais da BAD.

Das conclusões, a Comissão de Trabalho do Encontro referiu como de capital importância:

- Desenvolvimento de parcerias entre entidades intervenientes no processo de inventariação dos arquivos empresariais, nomeadamente o Órgão Coordenador do sistema Nacional de Arquivos, as

Associações Empresariais, as Universidades e Autarquias;

- Criação de um prémio de qualidade destinado às empresas que se distingam na organização, conservação e comunicação dos seus arquivos;
- Conservação e comunicação dos arquivos de anteriores empresas públicas com posterior processo de privatização;
- Preparação de legislação destinada à salvaguarda de arquivos de empresas em processo de falência;

Intervindo na sessão de abertura, o subdirector-geral do IAN/TT, Prof. José Vicente Serrão, felicitou o GTAE pelo trabalho desenvolvido e destacou a importância que o Instituto atribui

a esta área de arquivos. Durante o último ano e meio, o IAN/TT procedeu à incorporação de importantes fundos empresariais (Companhia de Moçambique, Crédito Predial Português e EPAC); disponibilizou ajuda e orientação técnica para a organização arquivística da Real Companhia Velha, do Banco Nacional Ultramarino/CGD e da CP (apelou à acessibilidade dos investigadores); e obter a classificação como património arquivístico nacional do arquivo da Companhia das Lezírias. Além destas acções, o IAN/TT disponibilizou a colaboração solicitada pelo GTAE e nomeou uma arquivista responsável pela articulação com o mesmo. |T|

INFORMAÇÕES

Novo Sítio Web do IAN/TT ■

FOI INAUGURADO EM NOVEMBRO passado o novo sítio institucional do IAN/TT <<http://www.iannt.pt/>>, com um design renovado e cheio de funcionalidades úteis para o público em geral e para os arquivistas. Foi dada uma atenção muito particular à interactividade, sendo variadas as possibilidades de consulta de informação, com muitos documentos fundamentais descarregáveis em linha, formulários e variadas formas

de solicitação (encomenda de publicações, marcação de visitas de estudo, críticas e sugestões e pedidos de reprodução de documentos), tudo possível sem o utilizador sair de casa. O sítio aposta claramente nas qualidades de usabilidade, acessibilidade, comodidade e rapidez de utilização.

A adesão do público a esta novidade pode aferir-se pelo sucesso dos *downloads* efectuados: em apenas

dois meses, as normas ISAD(G) e ISAAR(CPF) foram descarregadas 200 vezes cada, os cadernos sobre gestão de documentos electrónicos, 100 vezes cada. Mas o verdadeiro êxito editorial foi o Guia Sumário dos Fundos da Torre do Tombo, que foi solicitado mais de 500 vezes. O número de visitantes, mesmo sem a promoção mediática da página eleva-se a cerca de centena e meia por dia.

Doações ■

O FORAL DE BEJA, CÓDICE MANUELINO, DATADO DE 1 DE JUNHO DE 1510, foi doado pela Família Subtil ao IAN/TT. Foral valioso e único, de existência até agora desconhecida, será editado pelo IAN/TT, com o apoio da Câmara Municipal de Beja, ainda este ano.

Carta de Antero de Quental a William James Allen [Dezembro de 1865]; Soneto de Antero de Quental dedicado a Gonçalves Crespo, intitulado *O Convertido* (autógrafo); Carta de Afonso Costa a Mário de Pereira Allen, de 7 de Setembro de 1909, foram os documentos doados ao IAN/TT por Maria João Allen de Vasconcelos.

Aquisições Recentes ■

O ARQUIVO PARTICULAR DA FAMÍLIA SOUZA COUTINHO FOI RECENTEMENTE adquirido pelo IAN/TT ao actual Conde de Linhares, D. Nuno de Souza Coutinho. Abrange um vasto período, do séc. XVII aos fins do séc. XIX, constituindo os documentos relativos a D. Rodrigo de Souza Coutinho a parte mais importante do arquivo. São documentos de carácter privado e público da maior importância para a história política, económica, financeira, social e cultural de Portugal.

Refira-se que no início do séc. XX uma avultada parte do arquivo e biblioteca da Família Souza Coutinho foi adquirida, em leilão, pelas Bibliotecas Nacionais de Lisboa e do Rio de Janeiro, onde vieram a constituir, respectivamente, o Fundo Linhares e a Colecção Linhares (disponível em microfilme no IAN/TT e catálogo publicado pela CNCDP em 2002).

O Arquivo do Antigo Partido Socialista Português, adquirido pelo IAN/TT, é constituído por documentação original do Partido Socialista Português, em especial da sua Junta Regional do Sul, do Conselho Central, da Federação das Associações de Classe de Lisboa, entre outros.

As balizas cronológicas são de 1895 e anos trinta do século XX, em que o partido foi extinto, mas também existe documentação até 1946 sobre algumas organizações posteriores e grande quantidade de recortes de jornais.

Acaba de Sair ■

FOI PUBLICADO O IV VOLUME do *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*, sobre a Administração Periférica, Domínios, Casa Real e Casas Anexas. Conclui-se, assim, a Primeira Parte do Guia que abrange as Instituições do Antigo Regime



589 páginas
ilustrado PVP € 35

O Arquivo Distrital de Vila Real acaba de publicar o número dez da revista de cultura *Estudos Transmontanos e Durienses*.



318 páginas
ilustrado PVP € 14

AGENDA

EXPOSIÇÃO

Pelos Séculos d'O Século ■

Inaugurada no edifício da Torre do Tombo, no passado dia 16 de Dezembro, com a presença do Senhor Presidente da República e do Senhor Ministro da Cultura, a Exposição **Pelos Séculos d'O Século**, vai estar patente ao público, até 16 de Março de 2003, de Segunda a Sábado, das 10h00 às 19h00. O extinto jornal *O Século*, cuja existência, se estendeu por quase cem anos – entre 1880 e 1978 (data do último número publicado) ou 1979 (data da extinção oficial da empresa) – pode tomar-se simultaneamente como pretexto e como testemunho de uma viagem por parte dos dois últimos séculos da História portuguesa, em particular pelo século XX.

Com base no seu espólio arquivístico, incorporado na Torre do Tombo na década de 1990, é possível organizar um percurso pelas notícias e imagens que recordam um pouco todos os acontecimentos ou figuras mais marcantes do século XIX e do século XX, afinal os *séculos d'O Século*.

Mas esse mesmo espólio permite e justifica ainda uma abordagem da evolução do próprio jornal e da sua empresa mãe, a Sociedade Nacional de Tipografia, nos capítulos da actividade jornalística, da produção material das publicações, da própria estruturação e actividade empresarial, da organização de eventos desportivos e festivos, e até das obras sociais promovidas pelo Século (como a Sopa dos Pobres, a Colónia Balnear Infantil ou a Feira Popular de Lisboa).



A exposição estrutura-se assim na base de **duas linhas discursivas**: uma sobre **a história do jornal** e a outra sobre **a história do país**, no período que vai dos finais do século XIX até aos primeiros anos do regime democrático pós-25 de Abril.

A essas duas linhas discursivas correspondem outros tantos percursos expositivos reflectidos nas próprias designações dos seus **14 núcleos temáticos**, a saber: O princípio d'O Século num fim de século; Os rostos do Século; As comemorações e as inaugurações do Século; As guerras do Século; As crises e os protestos do Século; As prisões do Século; As artes e as letras do Século; Os jogos do Século; As festas e as modas do Século; A banhos pelo Século; Os saberes e os fazeres do Século; O fim do Século; Fora do Século (sobre a censura); Para além do Século (sobre as restantes publicações da SNT).

A Exposição compreende mais de 350 entradas ou títulos, ilustrados por cerca de 450 “peças”, entre exemplares do jornal ou das restantes publicações, fotografias, pintura, gravura, escultura, material tipográfico, armamento, e outras peças (só originais) muito diversas – desde o xaile de Amália até à bota de ouro de Eusébio, desde o diário em que o rei D. Manuel II relata o regicídio até um manuscrito de Florbela Espanca, desde o mapa cor-de-rosa até aos cartazes do 25 de Abril, desde a espada de Mouzinho de Albuquerque até aos desenhos feitos na prisão por Álvaro Cunhal, desde a *Mensagem* de Pessoa até ao lápis azul da censura, desde “A Praia” de João Vaz até ao auto-retrato de Vieira da Silva, desde uma metralhadora da I Grande Guerra até à ficha da PIDE de Humberto Delgado, entre muitas outras – provenientes das colecções da Torre do Tombo, do Centro Português de Fotografia e de mais de 40 instituições ou colecionadores privados. Esta Exposição é uma edição do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, com a colaboração da Associação de História Contemporânea Portuguesa, do Centro Português de Fotografia e do Museu Nacional de Imprensa. Foi realizada sob a coordenação geral do Professor Doutor José Vicente Serrão, e a coordenação executiva do Dr. Diogo Gaspar. O catálogo conta com textos, de enquadramento geral ou de introdução a cada núcleo temático, assinados por vinte e dois autores. [r]